

Ajuste direto
Processo n.º 2/25
(2025/300.10.005/5)

**“Aquisição de serviços de higiene e limpeza para
espaços desportivos e culturais”**

***CADERNO DE
ENCARGOS***

Janeiro de 2025

Índice

Capítulo I - Disposições Gerais	3
Cláusula 1. ^a – Objeto	3
Cláusula 2. ^a – Local, prazo e modo da prestação	3
Cláusula 3. ^a – Contrato	3
Capítulo II – Obrigações das Partes	4
Cláusula 4. ^a – Obrigações do/a adjudicatário/a	4
Cláusula 5. ^a – Dever de sigilo/confidencialidade e proteção de dados pessoais	4
Cláusula 6. ^a – Gestor/a de contrato	6
Cláusula 7. ^a – Seguros	6
Cláusula 8. ^a – Preço contratual	6
Cláusula 9. ^a – Revisão de preços e adiantamentos	7
Cláusula 10. ^a – Condições de pagamento	7
Cláusula 11. ^a – Direitos e obrigações da entidade adjudicante	7
Capítulo III – Disposições Complementares	8
Cláusula 12. ^a – Penalidades contratuais	8
Cláusula 13. ^a – Retenção de pagamentos	8
Cláusula 14. ^a – Força maior	8
Cláusula 15. ^a – Extinção e Resolução do contrato	9
Cláusula 16. ^a – Foro competente	10
Cláusula 17. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual	10
Cláusula 18. ^a – Comunicações e notificações	10
Cláusula 19. ^a – Contagem dos prazos	10
Cláusula 20. ^a – Legislação aplicável	10
Capítulo IV – Disposições Técnicas	10
Cláusula 21. ^a – Funções a desempenhar na bolsa de horas Erro! Marcador não definido.	
Cláusula 22. ^a – Especificações da prestação	10
Cláusula 23. ^a – Garantia	23
Cláusula 24. ^a – Preço base	23

Capítulo I - Disposições Gerais

Cláusula 1.^a – Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas, jurídicas e técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré contratual que tem por objeto a aquisição de serviços de higienização e limpeza no âmbito da gestão e manutenção de espaços do município no âmbito cultural e desportivo no Município de Olhão, de acordo com as especificações técnicas constantes do capítulo IV do presente caderno de encargos.

Cláusula 2.^a – Local, prazo e modo da prestação

1. Os serviços objeto do contrato serão prestados na área do Município, nomeadamente na Casa da Juventude, Complexo de Piscinas Municipais, Estádio Municipal e Auditório Municipal.
2. A prestação pretendida, com as características e especificações previstas no Capítulo IV tem início no dia seguinte a contar da celebração do contrato.
3. Estima-se que o contrato se mantenha em vigor até 28 de fevereiro de 2025, salvo se o contrato ao abrigo de Acordo quadro ainda não estiver em vigor para estes espaços e haja preço contratual por executar, caso em que permanecerá em vigor até esgotar todo o preço, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além desse prazo.

Cláusula 3.^a – Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos e integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo/s concorrente/s, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo/a adjudicatário/a.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
3. Caso se verifique uma das situações descritas no n.º 1 do art.º 95 do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Jan., na redação atual, fica dispensada a redução do contrato a escrito.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros salvo quanto aos ajustamentos propostos, conforme disposto no art.º 99 do CCP, e aceites pelo/a adjudicatário/a nos termos do art.º 101 do mesmo Código.

Capítulo II – Obrigações das Partes

Cláusula 4.ª – Obrigações do/a adjudicatário/a

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no caderno de encargos, decorre para o/a adjudicatário/a a obrigação de recorrer a todos os meios necessários e adequados, nomeadamente humanos, materiais e outros, para providenciar a prestação pretendida pela entidade adjudicante, com as características e especificações previstas neste caderno de encargos e nos prazos previstos ou acordados entre as partes, tudo por forma a garantir o integral cumprimento e a qualidade da prestação objeto do procedimento.
2. O/a adjudicatário/a está obrigado a assegurar, no mínimo, a garantia dos serviços legalmente prevista, sem prejuízo da apresentação, na proposta adjudicada, de melhores condições de garantia para o Município.
3. O/a adjudicatário/a é também responsável, perante a entidade adjudicante, pelos atos praticados por todas as pessoas que no âmbito do contrato a celebrar, exerçam funções por sua conta, considerando-se para esse efeito como órgãos ou agentes do próprio prestador de serviços.

Cláusula 5.ª – Dever de sigilo/confidencialidade e proteção de dados pessoais

1. O/a adjudicatário/a está vinculado/a ao dever de sigilo, termos em que garante o seu sigilo e o do pessoal a seu cargo relativamente a informações ou documentação, técnica, financeira ou outra, relativa ao Município de Olhão, de que venha a ter conhecimento em função do contrato, dever este que perdura além do prazo estipulado para a presente prestação.
2. A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo/a adjudicatário/a ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. Para efeitos da presente cláusula, o dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo legalmente estipulado a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
5. O dever de sigilo incide também sobre o Município e os seus trabalhadores nos termos legais.
6. Além do dever de sigilo, o/a adjudicatário/a fica, expressamente, vinculado/a ao dever de confidencialidade e não utilização de quaisquer dados pessoais a que tenha acesso, salvo para efeitos da estrita execução do presente contrato, nos termos do disposto no

Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e demais legislação complementar, abstendo-se de qualquer uso fora deste contexto, quer em benefício próprio, quer de terceiros, independentemente dos fins, dever este que abrange a totalidade dos trabalhadores e outros colaboradores afetos ao/a adjudicatário/a.

7. O/a adjudicatário/a é responsável perante o Município por todo e qualquer prejuízo que este venha a sofrer decorrentes do incumprimento, culposo ou negligente, das obrigações assumidas na presente cláusula sem prejuízo das responsabilidades imputáveis ao Município em matéria de RGPD, termos em que o/a adjudicatário/a deve adotar medidas de proteção de dados pessoais além do dever de sigilo e proteção de dados em conformidade com o disposto no Regulamento UE 2016/679 do Parlamento e do Conselho relativo à proteção das pessoas singulares quanto ao tratamento de dados pessoais e livre circulação desses dados (RGPD), na lei 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a sua execução, e na política de privacidade do Município, disponível para consulta em <http://www.cm-olhao.pt/>.
8. No seguimento do número anterior e sem prejuízo da responsabilidade do Município e das medidas que por este sejam adotadas com o mesmo propósito, tendo em conta o tipo de dados a que terá acesso na fase da execução do contrato, o/a adjudicatário/a deverá tomar as seguintes medidas com vista a proteger esses dados:
 - a) Cumprir o disposto na legislação portuguesa e comunitária em vigor sobre proteção de dados pessoais;
 - b) Limitar o tratamento de dados pessoais ao necessário para cada finalidade específica, nomeadamente quanto à quantidade de dados pessoais recolhidos, à extensão do seu tratamento, à sua acessibilidade e ao seu prazo de conservação;
 - c) Adotar as medidas de carácter técnico e organizativo necessárias e adequadas a garantir a segurança e confidencialidade do tratamento da informação obtida no âmbito do contrato, de modo a salvaguardar a informação contra a destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou acesso não autorizados e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;
 - d) Adotar medidas de segurança de tratamento, designadamente, pseudonimização e a cifragem de dados pessoais;
 - e) Garantir o acesso restrito e controlado aos dados apenas a pessoas autorizadas, previamente identificadas, e que assumem um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
 - f) Deverá ter a capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento, de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada em caso de incidente físico ou técnico;
 - g) Deve ainda ter um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento;
 - h) Deverá apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando cópias existentes, a menos que

- a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-membros;
- i) Deverá disponibilizar ao Município, sempre que este solicite, sem demora injustificada, as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações que sobre ele impendem, facilitando e contribuindo para auditorias e inspeções, conduzidas pelo responsável pelo tratamento ou outro auditor para este mandato;
 - j) Em caso de violação de dados pessoais, deverá adotar as medidas adequadas para reparar a violação e atenuar os eventuais efeitos negativos; notificar as outras partes e a Autoridade de Controlo em 72h em caso de risco para os direitos dos titulares; e notificar também os titulares se o risco for elevado;
 - k) Só poderá recorrer a subcontratantes, mediante autorização do Município, que apresentem garantias suficientes de execução de medidas adequadas para que o tratamento de dados pessoais satisfaça os requisitos legais e assegure a defesa dos direitos dos titulares dos dados, estabelecendo com esses subcontratantes, por escrito, os termos do tratamento de dados pessoais e o compromisso de cooperação para resposta ao exercício dos direitos pelos titulares e resposta a solicitações das Autoridades de controlo;
9. O/a adjudicatário/a é responsável perante o Município de Olhão por todos e quaisquer prejuízos que este venha a sofrer decorrentes do incumprimento, culposo ou negligente, das obrigações assumidas no procedimento.

Cláusula 6.ª – Gestor/a de contrato

Nos termos do art.º 290-A do CCP, é designado a Sra. Leila Fernandes, trabalhadora do município, na qualidade de Técnica Superior afeta ao Departamento de Desporto, Ambiente, Juventude e Empreendedorismo, como gestora do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a gestão do mesmo.

Cláusula 7.ª – Seguros

1. É da responsabilidade do/a adjudicatário/a a cobertura, através de contrato(s) de seguro dos riscos diretamente associados ao fornecimento objeto do contrato, nomeadamente no que respeita aos recursos humanos e equipamentos associados à mesma e à responsabilidade civil, com vista a assegurar a cobertura de danos patrimoniais e não patrimoniais emergentes da mesma, podendo a entidade adjudicante, se entender conveniente, exigir prova da sua celebração, e o/a adjudicatário/a fornecê-la no prazo de 5 dias úteis.
2. Constitui ainda sua obrigação a manutenção das apólices em vigor, nomeadamente através do pagamento atempado dos respetivos prémios.

Cláusula 8.ª – Preço contratual

1. Pela prestação objeto do procedimento, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Olhão deve

pagar ao adjudicatário/a, o preço total da prestação conforme preço contratual, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas inerentes à prestação pretendida, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as referentes a meios humanos e meios materiais e ainda decorrentes da eventual utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 9.^a – Revisão de preços e adiantamentos

1. Sem prejuízo do disposto nos art.ºs 282, 341 e 382 do CCP, a revisão de preços não será admitida ao longo da execução do contrato.
2. O eventual pagamento de adiantamentos de preço apenas pode ter lugar nos termos do art.º 292 do CCP.

Cláusula 10.^a – Condições de pagamento

1. A quantia devida pelo Município, nos termos da cláusula anterior, é paga em conformidade com o disposto nos art.ºs 299 a 299-B do CCP e as condições de pagamento fixadas na proposta, após a emissão da/s respetiva/s fatura/s pelo/a adjudicatário/a após o vencimento da obrigação a que se refere/m.
2. Para efeitos do número anterior considera-se vencida a obrigação com a prestação dos serviços a que se refere o procedimento no final de cada mês de calendário.
3. O pagamento será efetuado em trinta dias após a confirmação da fatura, salvo se prazo mais alargado for conferido na proposta adjudicada.
4. O/a adjudicatário/a **deve discriminar, em cada fatura, os elementos constantes do nº 1 do artº 299-B do CCP**, sempre que aplicáveis, nomeadamente a identificação do processo, do período de faturação e os serviços/bens a que se refere.
5. As faturas devem ser apresentadas em formato eletrónico ao abrigo do n.º 3 do art.º 9 do DL 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação atual.
6. Em caso de discordância por parte do Município de Olhão, quanto aos valores indicados numa fatura, ou outros elementos que dela conste, deve este comunicar ao adjudicatário/a, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o/a adjudicatário/a obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. Desde que devidamente emitidas e, observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária para a conta a designar pelo/a adjudicatário/a ou através de outro meio de pagamento a acordar.

Cláusula 11.^a – Direitos e obrigações da entidade adjudicante

1. O pagamento do preço, nos termos previstos na cláusula anterior, é uma obrigação da entidade adjudicante, de acordo com os preços unitários correspondentes, nos termos da proposta adjudicada.

2. Caso se verifique incumprimento ou cumprimento defeituoso do contrato por parte do/a adjudicatário/a será notificado do facto o próprio ou seu representante.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o adjudicante reserva-se o direito de exigir do/a adjudicatário/a alterações, no todo ou em parte, daquilo que for prestado indevidamente e não esteja de acordo com as cláusulas contratuais.
4. É direito da entidade adjudicante comunicar ao representante do/a adjudicatário/a toda a anomalia verificada no fornecimento objeto do procedimento.

Capítulo III – Disposições Complementares

Cláusula 12.^a – Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do procedimento, o Município de Olhão pode, a título sancionatório, resolver o contrato e aplicar ao/à adjudicatário/a sanções de natureza pecuniária, cujo montante acumulado não pode exceder 20% do preço contratual, a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos e para os efeitos do art.º 329 do CCP.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do/a adjudicatário/a e as consequências do incumprimento.
3. Atingindo o limite das sanções pecuniárias, se o Município decidir não proceder à resolução do contrato, se daí resultar dano grave para o interesse público, poderá elevar para 30% o limite das penalidades.
4. O Município de Olhão pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Olhão exija uma indemnização pelo dano excedente.
6. Em caso de incumprimento de qualquer das partes, aplicar-se-á à outra os direitos previstos no CCP, nomeadamente nos seus artigos 325 a 328.

Cláusula 13.^a – Retenção de pagamentos

Sem prejuízo do referido na cláusula anterior e não sendo exigida a prestação de caução no presente procedimento, conforme dispõe o n.º 3 do art.º 88 do CCP, a entidade adjudicante, se considerar conveniente durante a execução do contrato, em caso de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais, procederá, querendo, à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Cláusula 14.^a – Força maior

1. Não serão impostas penalidades ao adjudicatário/a, nem será tido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que não

resultem de falta ou negligência, e que não possam ser conhecidas ou previstas à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
3. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 15.^a – Extinção e Resolução do contrato

1. São causas de extinção do contrato, para efeitos do CCP: o cumprimento; a impossibilidade definitiva e todas as restantes causas de extinção das obrigações reconhecidas pelo direito civil; a revogação por mútuo acordo das partes; e a resolução, por via de decisão judicial ou arbitral ou por decisão do Município de Olhão, devido a situações de grave violação das obrigações assumidas pelo/a adjudicatário/a ou com fundamento na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias que afetem gravemente os princípios de boa-fé ou do interesse público.
2. O incumprimento dos deveres resultantes do contrato, por uma das partes, confere à outra parte o direito de resolver o contrato, a título sancionatório, nos termos do regime substantivo dos contratos administrativos previsto nos artigos 332 a 335 do CCP, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
3. No caso de violação grave ou reiterada de qualquer das obrigações que incumbem ao adjudicatário/a, nomeadamente nos casos previstos no art.º 333 do CCP, o Município pode resolver o contrato, a título sancionatório, mediante o envio de documento escrito ao mesmo, designadamente nos seguintes casos:
 - a. Pelo atraso, total ou parcial, na execução dos serviços objeto do contrato superior a 10(dez) dias ou declaração escrita do/a adjudicatário/a de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
 - b. Quando não seja corrigida, de forma aceitável para o Município, a situação que tenha levado à aplicação da penalidade e nos termos da notificação desta;
 - c. Quando não preste os serviços com o rigor e nível técnico exigível;
 - d. O prestador de serviços, ou o respetivo interlocutor designado, não compareça, por período de tempo superior a cinco (5) dias, a reuniões para que tenha sido convocado, sejam virtuais sejam presenciais;
 - e. Haja dissolução ou falência do/a adjudicatário/a.
4. Pode ainda o Município resolver o contrato com fundamento em razões de interesse público, devidamente fundamentado, ou com fundamento na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, sem prejuízo do pagamento ao co-contratante de justa indemnização, nos termos dos art.º 334 e 335 do CCP.
5. Cabe ao co-contratante resolver o contrato em caso de violação das obrigações assumidas pelo contraente público, nos termos previstos no artº 332.

Cláusula 16.^a – Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 17.^a – Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo/a adjudicatário/a e a cessão da posição contratual não é permitida salvo se, na fase de execução do contrato, for expressamente autorizada pela outra parte, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.^a – Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato, por um dos seguintes meios:
 - a. Correio eletrónico com aviso de entrega;
 - b. Carta Registada.
2. Qualquer alteração das informações de contacto, incluindo endereço eletrónico, constantes do contrato deve ser, de imediato, comunicada à outra parte.

Cláusula 19.^a – Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados e começam a correr no dia seguinte à ocorrência do evento.
2. Caso o último dia do prazo seja sábado, domingo, feriado ou dia em que os serviços da entidade adjudicante, por qualquer causa, estejam encerrados, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o primeiro dia útil seguinte.

Cláusula 20.^a – Legislação aplicável

Em tudo o que não esteja expressamente regulado neste processo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Capítulo IV – Disposições Técnicas

Cláusula 21.^a – Especificações da prestação

Pretende-se que o(a) adjudicatário(a), durante o prazo referido na cláusula 2.^a, proceda à prestação de serviços de limpeza para o Município de Olhão, de modo contínuo, com vista à limpeza e higienização de edifícios e espaços já referidos na mesma cláusula 2.^a, bem como serviços de limpeza no âmbito da bolsa de horas, nos termos que se seguem.

Cláusula 22.^a – Especificações da prestação na Casa da Juventude

1. Os serviços a prestar na instalação Casa da Juventude consistem na limpeza diária e completa das instalações, equipamentos e pavimentos do edifício da Casa da Juventude, constituído por 3 (três) pisos (cave, rés-do-chão e 1.º andar), com área útil de

aproximadamente 206 m², tendo em atenção que os móveis e pavimentos não podem ser limpos com produtos abrasivos nem com lixívia.

2. Periodicidade: Os serviços de limpeza a realizar são os abaixo identificados e, consoante a natureza dos trabalhos, serão os mesmos realizados com a seguinte periodicidade:

a) Serviços diários:

- . Limpeza dos cestos de papéis;
- . Limpeza de entradas e rodapés em todo o perímetro;
- . Limpeza (preferencialmente aspiração) e lavagem de pavimentos nos halls e corredores de acesso;
- . Limpeza e desinfecção das instalações sanitárias, incluindo pavimentos;
- . Limpeza de pó, de forma rotativa, de modo a garantir a limpeza semanal prevista na alínea seguinte relativamente a todos os espaços;

b) Serviços semanais:

- . Limpeza (preferencialmente aspiração) e lavagem de pavimentos em todas as salas, incluindo áreas reservadas;
- . Lavagem de paredes de azulejos nos lavabos, com produtos desinfetantes;
- . Limpeza a fundo das instalações sanitárias e sua desinfestação;
- . Limpeza do pó da parte superior dos armários, bem como das estantes;
- . Limpeza do pó dos móveis, secretárias, utensílios e equipamentos, nomeadamente equipamento informático;
- . Limpeza e desinfecção de telefones e relógio de ponto;
- . Limpeza dos pátios externos;
- . Limpeza de marcas nos vidros, portas, paredes e equipamentos.

c) Serviços mensais:

- . Limpeza dos tetos, paredes e candeeiros;
- . Lavagem de vidros interiores e exteriores.

d) Outros:

- . Poderão ser realizadas outras tarefas de limpeza que se mostrem necessárias desde que não ultrapassado o tempo estipulado para a infraestrutura, de acordo com as diretrizes da gestora do contrato e/ou responsável pelo espaço na ausência e ou impedimento daquela.

3. Horário da execução dos serviços:

- a) Os serviços de limpeza deverão ser executados, exclusivamente, durante o período de encerramento da Casa da Juventude ao público, até às 10.00 horas ou depois das 19.00 horas, salvo se outro horário for acordado com o(a) responsável da Casa da Juventude, nomeadamente devido à realização de atividades durante o período da manhã, mediante aviso prévio ao adjudicatário(a), no mínimo, até 48 horas antes;
- b) Os serviços são prestados de segunda a sexta-feira, exceto feriados, por uma equipa de, no mínimo, duas pessoas, perfazendo o total de quatro (4) horas diárias;
- c) Apenas a limpeza dos vidros exteriores poderá efetuar-se durante o período normal de funcionamento, caso haja necessidade;

- d) A limpeza de vidros é efetuada por equipa autónoma, ou em horário que não colida com os restantes serviços se realizada pelas mesmas pessoas, decorrendo pelo tempo necessário para assegurar a perfeita limpeza dos mesmos;
- e) A limpeza dos vidros é realizada uma vez em cada mês de contrato, durante a primeira semana do mês em causa, não sendo contabilizada para o período de tempo estabelecido para os restantes tarefas de limpeza da Casa da Juventude;
- f) A limpeza dos vidros é efetuada com os meios - produtos e equipamentos adequados, tendo em conta as características do espaço, altura e dimensão da área envidraçada;
- g) O número de horas de limpeza e de pessoas afetas à limpeza dos vidros é o necessário para assegurar o serviço a executar, na totalidade da área com respeito pela sua periodicidade. A limpeza mensal dos vidros será efetuada em todos os vidros e espelhos da infraestrutura, por tantos trabalhadores quanto os necessários e pelo tempo necessário para o efeito, em horário a acordar com a gestora do contrato, e por equipa diversa da equipa diária se em horário coincidente com o desta.

Cláusula 23.^a – Especificações da prestação no Complexo de Piscinas Municipais

- 1. O tipo de serviço e as condições de execução dos serviços na instalação **Complexo de Piscinas Municipais de Olhão** obedecerão às condições da presente cláusula.
- 2. Os Serviços a prestar consistem em tarefas associadas à limpeza do seguinte tipo de instalações, nomeadamente, equipamentos, pavimentos e mobiliário que nelas se encontram:
 - a) Balneários/vestiários/sanitários de atletas, coletivos e individuais, incluindo os indicados para deficientes (feminino e masculino);
 - b) Balneários/vestiários/sanitários de professores (feminino e masculino);
 - c) Balneários/vestiários/sanitários de bebés (feminino e masculino);
 - d) Balneários/vestiários/sanitários de funcionários (feminino e masculino);
 - e) Cais de piscina, zona do jacuzzi e lava-pés;
 - f) Zonas de trabalho (salas polivalente e de controle, receção, bengaleiro, arrecadações);
 - g) Instalações sanitárias (público), bancadas (pavimento e cadeiras) e galeria;
 - h) Zonas de acesso (corredores e átrios interiores) e zona de entrada exterior;
 - i) Limpeza do pó dos móveis, secretárias, utensílios e equipamentos, nomeadamente equipamento informático e limpeza e desinfecção de telefones e relógio de ponto;
 - j) Vidros interiores e exteriores (janelas, portas e espelhos), azulejos/paredes interiores, caleiras, cacifos, condutas de ar, espelhos, portas de vidro, estruturas de inox, baldes de lixo, porta rolos de papel higiénico, suportes e vasculhos de sanita, cestos de papéis, mobiliário de salas e receção, bancos de vestiários individuais e coletivos, lavatórios, urinóis, sanitas, bancadas de muda de bebés, secretárias, estantes e cadeiras;
 - k) Outros equipamentos, complementares, que venham a ser adquiridos para as instalações.
- 3. As Condições de Execução dos Serviços de Limpeza são:

- a. A limpeza dos pavimentos deve ser efetuada, obrigatoriamente, com a utilização de meios mecânicos (auto-lavadora) que permitam a lavagem e posterior aspiração da água, nas seguintes zonas:
 - Cais de piscina;
 - Zonas de acesso (corredores e átrios interiores);
 - Balneários/vestiários de atletas e seus corredores de acesso (feminino e masculino).
- b. A limpeza dos pavimentos deve ser efetuada, sempre que possível, com a utilização de meios mecânicos que permitam a lavagem e posterior aspiração da água, nas seguintes instalações:
 - Sanitários de atletas (feminino e masculino);
 - Balneários/vestiários/sanitários de professores (feminino e masculino);
 - Balneários/vestiários/sanitários de bebés (feminino e masculino);
 - Balneários/vestiários/sanitários de funcionários (feminino e masculino);
 - Zonas do jacuzzi, lava-pés, bengaleiro e de entrada exterior.
- c. Nos balneários, sanitários, vestiários, zonas do cais, jacuzzi e lava-pés não é permitida a utilização de esfregonas. A secagem do pavimento deve ser efetuada com aspirador de líquidos ou outro meio mecânico.
- d. A limpeza/lavagem dos pavimentos nas outras instalações poderá ser efetuada com meios manuais que não deixem depósitos, tais como vassouras de pêlo rígido, esfregonas, mopas, ou outros aprovados pelo responsável das instalações.
- e. Os meios usados na limpeza do cais da piscina e zona do jacuzzi, devem ser exclusivos para essa função.
- f. Na limpeza do cais, não pode haver interceção entre a água da piscina e a água e produtos de lavagem/limpeza.
- g. A zona do jacuzzi, especialmente as escadas de acesso ao tanque, seus espelhos e coberturas, devem ser limpas com vassoura de pêlo rígido, com produto desinfetante não diluído.
- h. As caleiras, grelhas e meias canas, devem ser limpas e desinfetadas com regularidade, no mínimo uma vez por semana, ou sempre que se justifique, de modo a não acumularem cheiros impróprios e impurezas.
- i. A limpeza de sanitários, balneários e vestiários deve ser efetuada com produtos desinfetantes de forma meticulosa em todas as superfícies, paredes, portas, sanitas, urinóis, lavatórios, espelhos, baldes de lixo e cestos de papéis, entre outras.
- j. O interior dos baldes de lixo e cestos de papéis deve ser forrado com sacos de plástico de modo a que o seu conteúdo possa ser acondicionado sem contaminar os respetivos baldes ou cestos.
- k. Os sacos de plásticos devem ser mudados e repostos diariamente.
- l. Os baldes e cestos devem ser lavados e desinfetados pelo menos uma vez por semana.
- m. Os encargos com os sacos plásticos decorrem por conta do adjudicatário.

- n. Os cacifos devem ser limpos por cima, lado, frente e interior, passando pano húmido com solução desinfetante.
- o. O pó acumulado nas condutas de ar deve ser retirado a seco ou com produto ou sistema que não oxide as mesmas.
- p. As estruturas em inox devem ser limpas com produtos não abrasivos adequados à manutenção das suas características.
- q. A zona de entrada deve ser varrida e lavada diariamente. Uma vez por semana, deve ser esfregada ou limpa com meio mecânico e com produto desincrustante.
- r. A limpeza do mobiliário deve ser efetuada antes da limpeza do pavimento, retirando o pó e passando pano húmido com solução desinfetante em superfícies que aceitem tal tratamento.
- s. A limpeza de teias, sempre que sejam visíveis, inclusive na nave das piscinas, deverá ser efetuada fora das horas normais de funcionamento.
- t. Após a realização da limpeza de qualquer local, não devem ser visíveis quaisquer "bolsas ou lâminas" de água.
- u. O uso de mangueiras só será permitido em situações pontuais, devidamente autorizadas pelo responsável das instalações.
- v. Não é permitida a utilização de mangueiras e esfregonas, sobre qualquer pretexto no cais de piscinas, zona do jacuzzi, balneários, sanitários e vestiários.
- w. Todos os equipamentos e materiais, abrasivos ou desinfestantes, a utilizar, necessitam do acordo prévio do responsável pelas instalações.
- x. Não é permitida a utilização de meios afetos ao serviço de incêndios.
- y. Os produtos de lavagem a utilizar devem possuir propriedades desinfetantes de forma a eliminar bactérias, fungos e germes diversos. Os encargos com os produtos decorrem por conta do adjudicatário.
- z. Os produtos de desinfeção a utilizar devem ser certificados de acordo com qualquer das seguintes normas AFNOR NF T 72-150/151/201.
 - aa. Não é permitida a utilização de lixívia.
 - ab. O aumento, se necessário, da pressão da água para lavagem de caleiras e áreas menos acessíveis, deverá obrigatoriamente, ser assegurada com a utilização de uma máquina de lavar de alta pressão.
 - ac. Os materiais e equipamentos devem ser guardados e arrumados em local próprio indicado pelo responsável das instalações.
 - ad. Os funcionários da empresa poderão utilizar os balneários e vestiários, indicados pelo responsável das instalações.
 - ae. Deverão constar de uma lista de identificação, o nome de todos os funcionários que prestarão serviço nas piscinas. Sempre que haja alterações à referida equipa, devem as mesmas ser comunicadas antecipadamente ao responsável pelas instalações.
 - af. Durante a execução da prestação de serviços, sempre que forem detetadas quaisquer anomalias relativamente às instalações e equipamentos, devem as mesmas ser comunicadas de imediato ao responsável pelas instalações.

- ag. Diariamente devem ser assinalados os serviços efetuados no mapa de trabalhos anual.
- ah. Trimestralmente, deverá ser-nos entregue um relatório do trabalho desenvolvido, o qual terá, obrigatoriamente de conter os resultados de análises trimestrais de superfície, nomeadamente, ao cais da piscina, antes e após limpeza.
- ai. Caso se verifique ser necessário para a melhoria da qualidade da prestação de serviços, no estrito interesse e defesa da saúde pública, poderão estes procedimentos técnicos previstos ser alterados mediante acordo reduzido a escrito por ambas as partes.
4. Os equipamentos e consumíveis utilizar são:
- a) Sem prejuízo dos equipamentos e consumíveis necessários à realização dos serviços conforme disposições comuns do presente anexo e do clausulado do caderno de encargos, há necessidade de usar produtos específicos no Complexo de Piscinas Municipais, como detergentes com propriedades desinfetantes de forma a eliminar fungos, bactérias e germes diversos, produtos estes devidamente certificados.
- b) São necessários aspiradores e meios mecânicos (rotativas e auto lavadoras) ;
5. Quanto à Periodicidade e Horários da Execução dos Serviços, ter-se-á em conta que não fica definido número de horas mínimo nem de pessoal, mas sim o conjunto de tarefas a executar nos termos dos n.ºs 1 e 2 do presente ponto, sendo necessário o suficiente para assegurar que todas essas tarefas de segunda a sábado são executadas com a periodicidade atrás definida (*estima-se no entanto que para perfazer todos os serviços cada pessoa terá de efetuar cerca de 3h por equipa diária, sendo esta constituída por seis (6) pessoas*):
- a) Poderão ser executados os serviços de limpeza durante o período normal de funcionamento nas seguintes instalações e equipamentos:
- . sanitários do público,
 - . vidros (interiores e exteriores).
- b) Deverão ser executados os serviços de limpeza, exclusivamente nos horários definidos no quadro resumo nas seguintes instalações e equipamentos e fora do período de funcionamento do Complexo:
- . balneários /vestiários /sanitários de atletas (feminino e masculino);
 - . balneários /vestiários /sanitários de professores (feminino e masculino);
 - . balneários /vestiários /sanitários de bebés (feminino e masculino);
 - . balneários /vestiários /sanitários de funcionários (feminino e masculino);
 - . cais de piscina;
 - . zona de jacuzzi e lava-pés;
 - . zonas de acesso;
 - . zona de entrada exterior;
 - . zonas de trabalho (sala polivalente, receção, sala de controle, bengaleiro, arrecadações);
 - . bancadas;
 - . cacifos e condutas de ar;

- . azulejos/paredes interiores.
 - c) Consideramos os seguintes horários como período normal de funcionamento do Complexo:
 - Segunda-feira a Sexta-feira (exceto feriados) – das 07:00 horas às 21:00 horas;
 - Sábado (exceto feriados) – das 08:00 às 19:30 horas;
 - Domingo (exceto feriados) – horário diurno;
 - d) É obrigatório, realizar serviços aos domingos (todos os domingos de manhã, no mínimo de três (3) trabalhadores e o mínimo de duas (2) horas cada), de forma a garantir a qualidade de serviços dependentes da existência de luz natural (ex. limpeza paredes, azulejos, pavimentos peças sanitárias, caleiras e outros equipamentos);
 - e) A limpeza mensal de vidros será efetuada em todos os vidros e espelhos do Complexo, por tantos trabalhadores quanto os necessários e pelo tempo necessário para o efeito, fora do horário enunciado na alínea c) e por equipa diversa da equipa diária se em horário coincidente com o desta;
 - f) Nos dias feriados, nacionais ou locais, não serão executados quaisquer trabalhos;
 - g) No mês de agosto é efetuada uma limpeza e desinfeção mais profunda da infraestrutura, de acordo com as indicações do responsável pelo espaço, mantendo-se o número de horas mensal estimado para esta infra estrutura, em dias e horários a combinar com a gestora do contrato e, na ausência desta, com o responsável do DDAJE.
6. A Tipologia da Execução dos Serviços consiste em:
- a. Execução diária obrigatória, para as seguintes instalações:
 - . balneários /vestiários /sanitários de atletas (feminino e masculino);
 - . balneários /vestiários /sanitários de professores (feminino e masculino);
 - . balneários /vestiários /sanitários de bebés (feminino e masculino);
 - . balneários /vestiários /sanitários de funcionários (feminino e masculino);
 - . cais de piscina;
 - . zona do jacuzzi;
 - . lava-pés;
 - . instalações sanitárias (público);
 - . zonas de acesso (corredores e átrios interiores);
 - . zona de entrada;
 - . galeria;
 - . portas de vidro; espelhos;
 - . mudança de sacos de lixo de plástico.
 - b. Execução em dias alternados ou sempre que necessário, para as seguintes instalações:
 - . zonas de trabalho (sala polivalente, receção, sala de controle, bengaleiro, arrecadações);
 - . bancadas (pavimento e cadeiras).

- c. Execução semanal obrigatória ou sempre que necessário para as seguintes instalações ou equipamentos:
 - . caleiras,
 - . cestos e baldes de lixo.
 - d. Execução mensal obrigatória ou sempre que necessário para as seguintes instalações ou equipamentos:
 - . lâminas das entradas e saídas de condutas de ar,
 - . cacifos,
 - . estruturas de inox,
 - . vidros (interiores e exteriores), inclusive os vidros exteriores do bar.
 - e. Execução trimestral obrigatória ou sempre que necessário para as seguintes instalações ou equipamentos:
 - . azulejos/paredes dos balneários/sanitários.
 - f. Execução semestral obrigatória ou sempre que necessário para as seguintes instalações ou equipamentos:
 - . condutas de ar,
 - . azulejos/paredes dos vestiários.
 - g. Execução anual obrigatória ou sempre que necessário para as seguintes instalações ou equipamentos:
 - . restantes azulejos/paredes interiores.
 - h. Outras:
 - . Poderão ser realizadas outras tarefas de limpeza que se mostrem necessárias desde que não ultrapassado o tempo estimado para a infraestrutura, de acordo com as diretrizes da gestora do contrato e/ou responsável pelo espaço na ausência e ou impedimento daquela.
7. Por motivos, estritamente imponderáveis, sempre que seja determinado pelo sr Presidente da Câmara Municipal encerrar o espaço, mediante acordo com a gestora e/ou com o responsável pelas instalações, poderão ser executados os serviços correspondentes a este espaço noutras instalações e equipamentos municipais, total ou parcialmente enquanto o espaço permanecer encerrado.

Cláusula 24.^a – Especificações da prestação no Estádio Municipal

1. Serviços a prestar e Condições de Execução dos Serviços de Limpeza:
- a. A limpeza dos pavimentos deve ser efetuada, obrigatoriamente, com a utilização de meios mecânicos (auto-lavadora) que permitam a lavagem e posterior aspiração da água, nas seguintes zonas:
 - Zonas de acesso (corredores e átrios interiores);
 - Balneários/vestiários de atletas e de árbitros e seus corredores de acesso.
 - b. A limpeza dos pavimentos deve ser efetuada, sempre que possível, com a utilização de meios mecânicos que permitam a lavagem e posterior aspiração da água, nas seguintes instalações:
 - Sanitários de atletas;

- Balneários/vestiários/sanitários de funcionários (feminino e masculino).
- c. Nos balneários, sanitários, vestiários, não é permitida a utilização de esfregonas.
- d. A secagem do pavimento deve ser efetuada com aspirador de líquidos ou outro meio mecânico.
- e. A limpeza/lavagem dos pavimentos nas outras instalações poderá ser efetuada com meios manuais que não deixem depósitos, tais como vassouras de pêlo rígido, esfregonas, mopas, ou outros aprovados pelo responsável das instalações.
- f. As caleiras, grelhas e meias canas, devem ser limpas e desinfetadas com regularidade, no mínimo uma vez por semana, ou sempre que se justifique, de modo a não acumularem cheiros impróprios e impurezas.
- g. A limpeza de sanitários, balneários e vestiários deve ser efetuada com produtos desinfetantes de forma meticulosa em todas as superfícies, paredes, portas, sanitas, urinóis, lavatórios, espelhos, baldes de lixo e cestos de papéis, entre outras.
- h. O interior dos baldes de lixo e cestos de papéis deve ser forrado com sacos de plástico de modo a que o seu conteúdo possa ser acondicionado sem contaminar os respetivos baldes ou cestos.
- i. Os sacos de plásticos devem ser mudados e repostos diariamente.
- j. Os baldes e cestos devem ser lavados e desinfetados pelo menos uma vez por semana.
- k. Os encargos com os sacos plásticos decorrem por conta do adjudicatário.
- l. Os cacifos devem ser limpos por cima, lado, frente e interior, passando pano húmido com solução desinfetante.
- m. O pó acumulado nas condutas de ar deve ser retirado a seco ou com produto ou sistema que não oxide as mesmas.
- n. As estruturas em inox devem ser limpas com produtos não abrasivos adequados à manutenção das suas características, devendo a limpeza dos rodapés ser feita uma vez por semana com a aplicação de produto específico para inox.
- o. A zona de entrada deve ser varrida e lavada diariamente. Uma vez por semana, deve ser esfregada ou limpa com meio mecânico e com produto desincrustante.
- p. A limpeza do mobiliário deve ser efetuada antes da limpeza do pavimento, retirando o pó e passando pano húmido com solução desinfetante em superfícies que aceitem tal tratamento.
- q. A limpeza de teias, sempre que sejam visíveis.
- r. Após a realização da limpeza de qualquer local, não devem ser visíveis quaisquer “bolsas ou lâminas” de água.
- s. Deve ser limpo pó dos móveis, secretárias, utensílios e equipamentos, nomeadamente equipamento informático, bem como limpo e desinfetados telefones e relógio de ponto;
- t. O uso de mangueiras só será permitido em situações pontuais, devidamente autorizadas pelo responsável das instalações.
- u. Não é permitida a utilização de mangueiras e esfregonas, sobre qualquer pretexto nos e em zonas em que se possam molhar os rodapés balneários, sanitários e vestiários.
- v. Os produtos de lavagem a utilizar devem possuir propriedades desinfetantes de forma a eliminar bactérias, fungos e germes diversos. Não é permitida a utilização de lixívia.

- w. O aumento, se necessário, da pressão da água para lavagem de caleiras e áreas menos acessíveis, deverá obrigatoriamente, ser assegurada com a utilização de uma máquina de lavar de alta pressão;
- x. São necessários aspiradores e meios mecânicos (rotativas e auto lavadoras) para o Estádio;

2. Periodicidade da execução dos serviços:

- a. Execução diária obrigatória, para as seguintes instalações:
 - . Balneários /vestiários /sanitários de atletas (competição e formação);
 - . Balneários /vestiários /sanitários de funcionários (feminino e masculino);
 - . Zonas de acesso (corredores e átrios interiores);
 - . Zona de entrada, portas de vidro, espelhos, mudança de sacos de lixo de plástico;
 - . e WC's do público (localizados juntos ao bar);
- b. Execução em dias alternados ou sempre que necessário, para as seguintes instalações:
 - . Zonas de trabalho (sala polivalente, receção, posto médico, arrecadações).
- c. Execução bissemanal obrigatória ou sempre que necessário:
 - . Balneário / vestiário / Sanitários árbitros;
- d. Execução semanal obrigatória ou sempre que necessário para as seguintes instalações ou equipamentos:
 - . Caleiras,
 - . Galeria,
 - . Cestos e baldes de lixo,
 - . e rodapés em inox;
- e. Execução mensal obrigatória ou sempre que necessário para as seguintes instalações ou equipamentos:
 - . Lâminas das entradas e saídas de condutas de ar,
 - . Cacifos,
 - . Estruturas de inox que não os rodapés,
 - . Vidros (interiores e exteriores);
- f. Execução trimestral obrigatória ou sempre que necessário para as seguintes instalações ou equipamentos:
 - . Azulejos;
 - . Paredes dos balneários/sanitários;
- g. Execução semestral obrigatória ou sempre que necessário para as seguintes instalações ou equipamentos:
 - . Condutas de ar,
 - . Azulejos/paredes dos vestiários;
- h. Execução anual obrigatória ou sempre que necessário para as seguintes instalações ou equipamentos:
 - . Restantes azulejos/paredes interiores;
- i. Outras:
 - . Poderão ser realizadas outras tarefas de limpeza que se mostrem necessárias desde que não ultrapassado o tempo estipulado para a infraestrutura, de acordo com as

diretrizes da gestora do contrato e/ou responsável pelo espaço na ausência e ou impedimento daquela.

3. Horário da execução dos serviços:

- a) Durante o período normal de funcionamento, poderão ser executados os serviços de limpeza nas seguintes instalações e equipamentos: vidros (interiores e exteriores) e galeria, sempre que necessário, mediante acordo do responsável pelas instalações, poderão ser executados serviços noutras instalações e equipamentos;
- b) Os serviços de limpeza deverão ser executados, exclusivamente das 00:00 às 08:00 horas, de 3.ª a sábado, e aos sábados e domingos das 22:00 às 24:00 horas, incluindo em dia feriado, nas seguintes instalações e equipamentos:
 - Balneários /vestiários /sanitários de atletas,
 - Balneários /vestiários /sanitários de árbitro,
 - Balneários /vestiários /sanitários de funcionários (feminino e masculino),
 - Lava-pés,
 - Zonas de acesso,
 - Zona de entrada exterior,
 - Zonas de trabalho (sala polivalente, receção, posto médico, arrecadações),
 - Cacifos,
 - Conduatas de ar,
 - Azulejos/paredes interiores;

4. Horário da execução dos serviços:

- c) Durante o período normal de funcionamento, poderão ser executados os serviços de limpeza nas seguintes instalações e equipamentos: vidros (interiores e exteriores) e galeria, sempre que necessário, mediante acordo do responsável pelas instalações, poderão ser executados serviços noutras instalações e equipamentos;
- d) Os serviços de limpeza deverão ser executados, exclusivamente das 00:00 às 08:00 horas, de 3.ª a sábado, e aos sábados e domingos das 22:00 às 24:00 horas, nas seguintes instalações e equipamentos:
 - Balneários /vestiários /sanitários de atletas,
 - Balneários /vestiários /sanitários de árbitro,
 - Balneários /vestiários /sanitários de funcionários (feminino e masculino),
 - Lava-pés,
 - Zonas de acesso,
 - Zona de entrada exterior,
 - Zonas de trabalho (sala polivalente, receção, posto médico, arrecadações),
 - Cacifos,
 - Conduatas de ar,
 - Azulejos/paredes interiores.

5. Equipa:

A equipa para a limpeza do Estádio deverá ser constituída por cerca de cinco (5) colaboradores que efetuarão duas (2) horas diárias, durante as quais executam todas as tarefas acima descriminadas.

A limpeza mensal dos vidros será efetuada em todos os vidros e espelhos da infraestrutura, por tantos trabalhadores quanto os necessários e pelo tempo necessário para o efeito, em horário a acordar com a gestora do contrato, e por equipa diversa da equipa diária se em horário coincidente com o desta.

Cláusula 25.^a – Especificações da prestação no Auditório Municipal

1. Os serviços de limpeza a realizar são os abaixo identificados e, consoante a natureza dos trabalhos, serão os mesmos realizados com a seguinte periodicidade:

a) Serviços quinzenais a realizar antes e depois dos espetáculos:

- . Aspiração ligeira de alcatifas;
- . Limpeza dos cestos de papéis;
- . Limpeza de entradas e rodapés em todo o perímetro;
- . Limpeza e lavagem de pavimento;
- . Limpeza e desinfecção das instalações sanitárias;
- . Limpeza do pó dos móveis, secretárias, utensílios e equipamentos, nomeadamente equipamento informático;
- . Limpeza e desinfecção de telefones e relógio de ponto;
- . Limpeza de marcas nos vidros, portas, paredes e equipamentos;

b) Serviços mensais:

- . Limpeza das cadeiras da sala de espetáculos;
- . Limpeza dos tetos, paredes e candeeiros;
- . Limpeza de vidros;

c) Limpeza de vidros:

- . Lavagem e limpeza total de todas as superfícies envidraçadas interiores e exteriores, efetuada por equipa autónoma, composta por no mínimo dois (2) elementos e com equipamentos adequados, a qual terá lugar até onze (11) vezes por ano de contrato, de acordo com as necessidades de limpeza das superfícies envidraçadas.

2. Poderão ser realizadas outras tarefas de limpeza que se mostrem necessárias desde que não ultrapassado o tempo estipulado para a infraestrutura, de acordo com as diretrizes da gestora do contrato e/ou responsável pelo espaço na ausência e ou impedimento daquela.

3. Horário de execução dos serviços:

- a. Os serviços são prestados de setembro a julho de cada ano, totalizando 11 meses de prestação por ano;
- b. No mês de agosto o espaço está encerrado e não são necessários serviços de limpeza;
- c. No mês de julho é efetuada uma limpeza mais profunda da infraestrutura, de acordo com as indicações do responsável pelo espaço, mantendo-se o número de horas mensal referido na alínea seguinte;
- d. Trabalhos executados antes e depois da realização dos espetáculos, em horário a articular entre o responsável desta infraestrutura e o responsável do adjudicatário(a),

- no total de 28 horas mensais de serviços para a limpeza do auditório, considerando o tipo de trabalhador(a) afeto, método de trabalho deste(a) ou os equipamentos usados;
- e. O tempo de cada limpeza poderá oscilar entre períodos, de acordo com as necessidades efetivas do espaço, conforme for reportado pela gestora e/ou pelo responsável da infraestrutura, desde que o adjudicatário cumpra o número de horas estipulado no total do contrato;
 - f. A limpeza de vidros, mensal e total das superfícies envidraçadas, interiores e exteriores, mencionada na alínea c) do nº 1 é autónoma face ao serviço mencionado nas alíneas a) e b) e o tempo de execução deste serviço varia consoante o estado dos vidros e o número de funcionários e meios mecânicos, a afetar;
 - g. O trabalho deve ser prestado por uma equipa composta por dois (2) colaboradores do adjudicatário, admitindo-se no entanto que, por acordo das partes, o trabalho seja prestado por um único colaborador(a) do adjudicatário que efetue todas as tarefas inerentes a esta prestação, devendo ser realizada por equipa distinta da quinzenal quando o horário seja coincidente;
 - h. A limpeza dos vidros é efetuada com os meios - produtos e equipamentos adequados, tendo em conta as características do espaço, altura e dimensão da área envidraçada.

Cláusula 26.ª – Especificações da Bolsa de Horas

1. A limpeza será efetuada ainda noutros que sejam solicitados pelo gestor da bolsa de horas para serviços extra, não expressamente contemplados neste procedimento para fazer face a necessidades imperiosas de higienizar determinados espaços não incluídos na descrição do presente caderno ou sendo, noutro período diário, devido a atividades e/ou eventos ocasionais, cujos trabalhos requeridos serão solicitado pela gestora do contrato, que indicará ao interlocutor da adjudicatária o local, o horário e os serviços a efetuar, de forma programada ou não, para trabalhos de limpeza regular ou profunda.
2. Para efeitos do n.º anterior prestarão o serviço tantos trabalhadores quanto os necessários para assegurar a limpeza do local/evento, contabilizando-se as horas de serviço efetivamente prestadas para efeitos de controlo de execução da referida bolsa, de acordo com os preços unitários fornecidos na proposta de acordo com o período horário que estiver em causa.
3. Os serviços poderão ser prestados durante o período diurno ou noturno, em dia útil, fim de semana ou em dia feriado.
4. Os serviços a prestar, local e sua duração do evento, serão logo que possível, oportunamente comunicados ao interlocutor do/a adjudicatário/a perante o Município para que esta possa disponibilizar os meios humanos para o efeito, preferencialmente com a antecedência mínima de dois dias.
5. A bolsa de horas de 5.170,00 €, mais IVA, vigorará até esgotar esse valor, de acordo com as necessidades efetivas que se verificarem, quer para os espaços acima referidos, quer para outros.
6. Os serviços são cobrados em face do preço hora dado para cada um desses períodos na proposta adjudicada para o lote.

Cláusula 27.^a – Garantia

1. o/a adjudicatário/a oferece garantia dos bens fornecidos e/ou trabalhos efetuados, sem qualquer contrapartida para a entidade adjudicante, a contar da data da sua receção, no mínimo, pelo prazo de garantia legalmente estipulado, ou pelo prazo indicado na sua proposta.
2. A garantia abrange toda a prestação de serviços/fornecimentos, sem limitações.

Cláusula 28.^a – Preço base

O preço base para o presente procedimento é de 19.990,00 € (dezanove mil, novecentos e noventa euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, correspondendo ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela prestação que constitui o seu objeto, nos termos definidos pelo art.º 47 do CCP.